



**O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE¹
NOS CAMPUS DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO – BAHIA**

THE SUPPORT MONITOR IN THE PROCESS OF INCLUSION OF PAEE¹ PEOPLE ON
UNEB CAMPUSES IN THE PRODUCTIVE SERTÃO TERRITORY - BAHIA

Talyta Fagundes Teixeira Silva^a
ORCID: 0009-0004-6806-3080
Kayala Oliveria Souza^a
ORCID: 0000-0002-7282-3634

^a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Guanambi, BA, Brasil

*Autor de correspondência: Talyta Fagundes Teixeira Silva – E-mail:
talytaf.teixeira@hotmail.com

RESUMO:

Este estudo aborda a inclusão de pessoas Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) no Ensino Superior, especificamente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), nos *Campi* do território de identidade do Sertão Produtivo, tendo como Objetivo Geral: analisar o processo de inclusão de Pessoas público-alvo da Educação Especial após a inserção do monitor apoiador nos *Campi* da UNEB no território de identidade do Sertão Produtivo. Utilizando uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes PAEE assistidos pelo programa nos *Campi* de Caetité e Guanambi. Os resultados evidenciaram avanços notáveis, mas também desafios na plena inclusão desses estudantes. Os monitores apoiadores oferecem suporte acadêmico e atuam como intermediários entre docentes e alunos. Entretanto, as opiniões dos entrevistados indicaram a necessidade de um suporte mais especializado e presencial, especialmente em áreas específicas de estudo. Os dados coletados sugeriram que uma tutoria mais individualizada, como a tutoria de pares, poderia ser uma alternativa mais eficaz para a inclusão, atendendo às demandas específicas de cada área. Conclui-se que, embora haja progressos notáveis, ainda há espaço para ajustes visando à plena inclusão dos PAEE no Ensino Superior. Destaca-se também a importância de políticas concretas, como a implementação de Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI), que garantam não apenas a presença, mas também a participação igualitária desses estudantes. Em suma, este trabalho oferece uma visão abrangente da trajetória da inclusão dos PAEE no Ensino Superior, identificando progressos, desafios e sugerindo ajustes necessários para garantir uma inclusão efetiva e igualitária desses estudantes na Universidade.

Palavras-chave: Monitor Apoiador; Pessoas Público-Alvo da Educação Especial; Território de Identidade Sertão Produtivo; Universidade do Estado da Bahia.

ABSTRACT:

This study addresses the inclusion of people Targeted by Special Education (TSE) in Higher Education, specifically at the Universidade do Estado da Bahia (UNEB), in the campus of the Sertão Produtivo identity territory, with the general objective: Analyse the process of inclusion

¹ O PAEE são, segundo o Decreto Nº 7.611/2011, as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2011).



of people Targeted by Special Education after inclusion of the supporting monitor in the UNEB campuses in the Sertão Produtivo identity territory. Using a qualitative approach, semi-structured interviews were conducted with TSE students assisted by the programme at the Caetitê and Guanambi campuses. The results showed notable progress, but also challenges to the full inclusion of these students. The supporting monitors offer academic support and acted as intermediaries between teachers and students. However, the opinions of those interviewed indicated the need for more specialised, in-person support, especially in specific areas of study. The data collected suggested that a more individualised tutorial, such as peer tutoring, could be a more effective alternative for inclusion, meeting the specific demands of each area. The conclusion is that, although there has been notable progress, there is still room for adjustments with a view to the full inclusion of TSEs in higher education. It also highlights the importance of concrete policies, such as the implementation of Accessibility and Inclusion Centres (AIC), that guarantee not only the presence, but also the equal participation of these students.

Keywords: Supporting Monitor; People Targeted by Special Education; Sertão Produtivo Identity Territory; Universidade do Estado da Bahia.

INTRODUÇÃO

No ano de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) a qual mostrou que 8,4% das pessoas de 2 anos ou mais de idade tinham algum tipo de deficiência, um total, aproximado, de 17,3 milhões de pessoas (Gandra, 2021).

A deficiência é parte da condição humana, quase todos estarão, em algum momento da vida, temporária ou permanentemente, incapacitados. Assim, as intervenções para superar as desvantagens associadas à deficiência são múltiplas e sistêmicas – variando de acordo com o contexto (São Paulo, 2011).

Em relação ao contexto escolar, a Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013 altera a Lei Nº 9.394/96 em algumas instâncias que retratam sobre a Educação Especial, como a alteração da oferta, antes ocorrida somente durante a educação infantil, passa a abranger toda a trajetória da vida do estudante (Brasil, 2013).

No entanto, no Brasil, essas pessoas não têm o mesmo acesso à educação como as pessoas sem deficiência. Somente em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que apontou o direito à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Posterior, em 1973, foi criado no Ministério da Educação (MEC), o Centro Nacional de Educação Especial. Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial e, em 2003, o MEC cria o Programa Educação Inclusiva visando transformar os “sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos” para a garantia de “acesso de todos à escolarização, a



organização do atendimento educacional especializado (AEE) e a promoção da acessibilidade” (Brasil, 2008, p.9).

Passados 5 anos, em 2008, foi criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), tendo como objetivo “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”, com a garantia do acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino, oferta do atendimento educacional especializado, entre outras (Brasil, 2008, p.14).

Em tratando-se do Ensino Superior, a Portaria N° 3.284, de 7 de novembro de 2003, dispôs sobre requisitos de acessibilidade (mobilidade, utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino) para pessoas com deficiência para poder autorizar e reconhecer cursos e credenciamento de instituições e, assim, assegurar efetivamente a entrada de pessoas com deficiência física e sensorial no Ensino Superior (Brasil, 2003, p.1).

Além da Portaria, houve a criação do Programa de acessibilidade no Ensino Superior (INCLUIR) e a Lei N° 13.409/16. Marcos que contribuíram para o fortalecimento das pessoas público-alvo da Educação Especial nas Universidades (Vargas; Reis, 2020).

Guimarães, Borges e Van Petten (2021) fizeram uso de uma entrevista semiestruturada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com quatro pessoas com deficiência e uma pessoa com Autismo que ingressaram no Ensino Superior pelo sistema de Cotas, Lei N° 13.409/16, no ano de 2018, e os autores afirmam no seu relato de pesquisa que a chegada das PcDs ao Ensino Superior é um, possível, reflexo da PNEEPEI e da escolarização inclusiva, como também, um resultado da Lei de Cotas, no entanto, ainda é muito cedo para dimensionar o impacto desse acesso e trajeto pela universidade, pois os estudantes só estão chegando em maior número nos últimos anos.

Souza *et al* (2017), em seu artigo, objetivam demonstrar a importância do monitor apoiador na inclusão do aluno com deficiência e que vem contribuindo para a permanência dos discentes matriculados no ensino superior da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e para a realização da pesquisa foram feitas entrevistas com os alunos que possuem, pelo menos, algum tipo de deficiência. Os autores concluíram que a monitoria é um método que auxilia na redução das desigualdades acadêmicas e sociais para as PcDs. Além disso, os monitores terão, por meio do programa, inúmeras oportunidades de aprendizagem no meio acadêmico e no meio profissional.



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

E a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ao pensar em formas de inclusão, com seus 24 *Campi* (UNEB, 2023), tornou público o Edital N° 109/2022 que objetivava a Seleção de Monitores Apoiadores para prestar assistência com a finalidade de garantir condições de acessibilidade e inclusão aos discentes com deficiência e outras necessidades específicas.

Sendo inclusão um fenômeno para além do Público-Alvo da Educação Especial, logo todas as pesquisas e contribuições relativas a este tema tem sua relevância, pois é a partir destas que a sociedade e os profissionais, inclusive os profissionais de Educação Física, descobrem, entendem e interagem com as necessidades educacionais de todos os seres humanos, fato que proporciona um amadurecimento individual e coletivo que deve ser difundido em todos os espaços, principalmente, no ambiente acadêmico, pois é neste lugar que a ciência se valida e tem a responsabilidade social de contribuir com a causa da inclusão, com a formação humana e técnica dos discentes e docentes. Além da necessidade de estudos voltadas sobre a temática da inclusão no Ensino Superior, já que em grande maioria as pesquisas encontradas voltam-se para a Educação Básica.

Tem-se como problema, então: Qual a relevância do monitor apoiador no processo de inclusão de Pessoas público-alvo da Educação Especial (PAEE) nos *Campi* da UNEB no território de identidade do Sertão Produtivo?

Para responder a tal questão, tem-se o objetivo geral: Analisar o processo de inclusão de Pessoas público-alvo da Educação Especial após a inserção do monitor apoiador nos *Campi* da UNEB no território de identidade do Sertão Produtivo.

São objetivos específicos:

- Descrever como é instituída a Política de Inclusão na Universidade do Estado da Bahia;
- Caracterizar o papel do monitor apoiador nos *Campi* da UNEB;
- Verificar a relevância do monitor apoiador para a inclusão das pessoas Público-Alvo da Educação Especial nos espaços da Universidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pessoas Público-Alvo da Educação Especial no Ensino Superior

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei N° 9.394/1996 (Brasil, 2021), garante em seu 3ª artigo que o processo de ensino deverá seguir alguns princípios, como: “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”, igualdade de condições de acessibilidade, entre outros. Ela reconhece, também, o Ensino Superior como uma parte do



sistema educacional que prepara profissionais para diferentes setores do mercado e contribui para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

De acordo com a pesquisa de Vargas e Reis (2020), com base no MEC/Inep e o Censo da Educação Superior (2018), o número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação durante o período de 2015 a 2018 aumentou 0,5%, cerca de 5.647 estudantes. No entanto, seguindo o trabalho das autoras, esse percentual em relação ao total de matrículas em cursos de graduação não chega a 1%. Em 2018, chegou a 0,52%.

Inserção do PAEE no Ensino Superior

Uma das oportunidade de inserção no Ensino Superior é o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), 1ª edição em 2005, o qual propôs ações que assegurem o acesso do PAEE nas Instituições Federais de Ensino Superior, suprimindo as barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comportamentais e de comunicação (BRASIL, 2018).

Para mais, há a Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que “altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência (...) nos cursos superior das instituições federais de ensino”. E, em seu Art. 3º, determina que, em cada instituição federal de ensino superior, o mínimo de 50% das vagas serão preenchidas por “autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência”, seguindo a proporção ao total de vagas, no mínimo, igual à proporção respectiva dessas populações na unidade da Federação em que fica a instituição, segundo o censo do IBGE (Brasil, 2016). O que é confirmado no Decreto Nº 9.034, de 20 de abril de 2017 (Brasil, 2017).

Em relação aos atendimentos no Enem 2022, de acordo com o Edital Nº 33, de 28 de abril de 2022 (Brasil, 2022), o INEP assegurou recursos de acessibilidade, nos termos da legislação, sendo que o participante que necessitasse de atendimento especializado deve, no ato da inscrição, informar a(s) condição(ões) que motivara(m) a sua solicitação para que seja atendido. Como continua no Edital, é possível ir acompanhado com o seu cão-guia, levar a sua máquina de escrever em braile, utilizar o seu aparelho auditivo, como também, ter a sua prova em braile, ter um tradutor de Língua Brasileira de Sinais (Libras), guia-intérprete, tempo adicional, prova com letra ampliada, entre outras tantas acessibilidades de acordo com a necessidade do participante.

Evasão do PAEE no Ensino Superior





O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

De acordo com a pesquisa de Cabral, Orlando e Meletti (2020), utilizando os dados do INEP, verificaram que o número de matrículas de estudantes com deficiência em universidades brasileiras cresceu, aproximadamente, 257% de 2009 a 2018, no entanto, a representação de estudantes com deficiências nas universidades varia entre 0,33% (2009) a 0,49% (2018).

Os autores ressaltam, apesar do grande aumento de alunos com deficiência no Ensino Superior, a diferença entre os que se matricularam e os que se formaram é problemática. Segundo os dados do INEP analisados por Cabral, Orlando e Meletti (2020), a porcentagem varia de 9,5% em 2014 a 13,8% em 2009, sendo, então, 2014 o ano mais baixo de formandos com deficiência e 2009, o mais alto. Os autores chegam à conclusão em sua pesquisa que os estudantes com deficiência têm menor probabilidade de completar 80% do curso requerido para a formatura.

MONITORIA APOIADORA NA UNEB

A Resolução N° 1.339/18 da UNEB, que amplia a política de cotas, com o objetivo de promover a diversidade de gênero, a equidade étnico-racial e a inclusão no ensino superior, aprovou o sistema de reserva de vagas para negros (40%) e sobrevagas² (5%) para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, quilombolas, indígenas, etc. (Uneb, 2018).

E, passados quatro anos, a Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAIN) no âmbito da UNEB torna público o Edital N° 109/22 de Seleção de Monitor (a) Apoiador (a) para “estudantes com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e outras necessidades específicas temporárias e permanentes de caráter acadêmico matriculados nos cursos de Graduação oferecidos pela UNEB” (Uneb, 2022).

A atribuição desses monitores com os discentes é: atuar no suporte “de acordo com a programação dos(s) respectivo(os) componente(s) curricular(es), sendo um(a) mediador(a) entre o(os)/a(as) docente(s) e o(a) discente atendido” (Uneb, 2022).

Como exemplo do funcionamento dos Monitores Apoiadores em outras instituições públicas tem-se informações a partir do estudo de Bezerra (2018) que relata, em seu artigo o Programa Aluno Apoiador da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que os alunos bolsistas colaboram no acompanhamento e atividades de estudos, auxiliando e apoiando os alunos com

² Sobrevaga refere-se ao número adicional de vagas resultante da aplicação do percentual de cotas destinado aos indígenas, quilombolas, ciganos(as), pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades, transexuais, travestis ou transgêneros sobre o total de vagas oferecido por turma/curso (UNEB, 2018).



deficiência e/ou com Necessidades Educativas Especiais matriculados e que solicitam o apoio oficialmente no Comitê de Inclusão e Acessibilidade. A autora fez uso de um questionário com dez alunos apoiadores de cursos variados da UFPB e, com a análise das respostas, relatou ser “necessário e importante o projeto aluno apoiador para a comunidade acadêmica e primordialmente para os alunos com necessidades especiais no ensino superior” (Bezerra, 2018, p.27).

O objetivo de Ribeiro, Alvarenga e Galasso (2022) em sua pesquisa foi “analisar o programa de monitoria que auxilia estudantes com deficiência visual em um *Campus* do IFPI”. Para chegar a essa meta, averiguaram os relatórios de atividade da monitoria que foram preenchidos pelos estudantes auxiliados e pelos monitores. Nas considerações finais, os autores deixam claro que os monitores são fundamentais ao planejamento estratégico de acesso na instituição, além da melhora no rendimento acadêmico, o acesso a experiências de ensino e aprendizagem, a socialização, entre vários outros benefícios.

METODOLOGIA

Caracterização do Estudo

Trata-se de uma Pesquisa de Campo, com abordagem qualitativa. Conforme Marconi e Lakatos (2003), a Pesquisa de Campo tem como objetivo obter informações e/ou conhecimentos acerca de um problema e a facilidade na obtenção de amostras sobre determinada população. Segundo Gonsalves (2001, p. 67), a Pesquisa de Campo pretende, diretamente, buscar a informação com a população pesquisada em um encontro mais direto, indo ao local onde o evento ocorre e reunir várias informações a serem documentadas.

A abordagem qualitativa visa compreender o significado de uma experiência, em um local específico, explorar o conjunto de opiniões e representações sociais para formar o todo (MUSSI *et al*, 2019).

Território Sertão Produtivo: *Campi* UNEB

De acordo com Bahia (2023), o Território Sertão Produtivo é composto por 20 municípios, sendo eles: Caetitê, Brumado, Tanque Novo, Caculé, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Itauçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi. Sendo a economia, baseada no Comércio e Serviços, além da Indústria e da Agropecuária.



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

Sua identidade cultural é o Terno de Reis, festejo de origem portuguesa, além das tradicionais festas juninas, fanfarras, capoeira, entre outras (Bahia, 2011).

Campus VI, XII e XX

No território Sertão Produtivo, há 3 *Campi* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a saber.

O *Campus VI* da UNEB, originou-se da Escola de Nível Superior de Caetité criada em 1962, e, somente, em 1997, com a reestruturação das Universidades Estaduais da Bahia que passa a ser denominada Departamento de Ciências Humanas, contando com 7 cursos, sendo eles, Ciências Biológicas, Engenharia de Minas, Geografia, História, Letras-Língua Inglesa, Letras-Língua Portuguesa e Matemática (Bahia, 2023). E ele encontra-se na cidade de Caetité em que, de acordo com os dados do IBGE (2021), tem uma população aproximada de 51.184 pessoas e área territorial de 2.651.536 km². Sua população representa cerca de 80% na zona urbana, suas atividades econômicas tem como destaque a mineração e o comércio varejista.

O *Campus XII* da UNEB, Departamento de Educação, DEDC, 1997, com 5 cursos, Administração, Direito, Educação Física, Enfermagem e Pedagogia (Bahia, 2023). É encontrado na cidade de Guanambi e é entre as três, a maior em população, tendo, cerca de 85.353 pessoas, e a menor em área territorial, 1.272.366km², tendo como base o IBGE (2021).

Em Brumado, encontra-se o *Campus XX* da UNEB, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, 2002, com 3 cursos: Direito, Letras-Língua Portuguesa e Literaturas e Pedagogia (Bahia, 2023). Segundo dados de IBGE (2021), Brumado tem uma população estimada de 67.468 pessoas e sua área territorial é de 2.207.612 km². Sua população representa cerca de 80% na zona urbana, suas atividades econômicas tem como destaque a mineração e o comércio varejista.

Participantes

Os participantes desta pesquisa são as pessoas Público-Alvo da Educação Especial que são assistidas por um monitor apoiador, aprovado pelo Edital N° 109/2022, nos *Campi* do Território de Identidade Sertão Produtivo nas cidades de Brumado, Caetité e Guanambi e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foram definidas as cidades ditas anteriormente, pois são as únicas do Território Sertão Produtivo (20 municípios) em que há *Campus* da UNEB.



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

Para a seleção dos participantes foram estabelecidos alguns critérios de inclusão, são eles:

Critérios de Inclusão

- Estudantes Público-Alvo da Educação Especial devidamente matriculados por meio das sobrevagas em cursos das UNEB dos *Campi* VI (Caetitê), XII (Guanambi), XX (Brumado);
- Estudantes Público-Alvo da Educação Especial comprovados com laudo médico que tenham um monitor apoiador da UNEB;
- Estudantes Público-Alvo da Educação Especial que concordarem em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Contudo, o *Campus* XX foi excluído da pesquisa por não ter estudantes Público-Alvo da Educação Especial com o auxílio de um monitor apoiador.

→ Tabela 1 – Caracterização dos participantes³

Nome fictício	Idade	Formação	Deficiência/Transtorno Global do Desenvolvimento/Altas Habilidade/Superdotação	<i>Campus</i>
André Claudio ⁴	32 anos	2º semestre - Geografia	Deficiência Visual Hereditária	<i>Campus</i> VI
Lorraine Aguiar ⁵	27 anos	4º semestre - Enfermagem	Transtorno Global do Desenvolvimento/Hiperatividade - TDAH	<i>Campus</i> XII
Wendell Belarmino ⁶	31 anos	4º semestre – Administração	Deficiência Visual Adquirida	<i>Campus</i> XII
Evani Calado ⁷	40 anos	5º semestre - Pedagogia	Deficiência Intelectual Adquirida	<i>Campus</i> XII

Fonte – Autoria própria

Dentre os quatro participantes, 50% são mulheres e 50% são homens, sendo os homens diagnosticados com a deficiência visual. Já as mulheres, uma apresenta o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e a outra deficiência intelectual. Dos quatro participantes, três (75%) estudam no *Campus* XII (Guanambi) e, somente, um estuda no *Campus* VI (Caetitê).

Cuidados Éticos

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia com aprovação pelo parecer de número: 6.414.824 (ANEXO

³ Para manter o sigilo dos entrevistados, os nomes foram alterados para atletas Paralímpicos da Seleção Brasileira.

⁴ Atleta com deficiência visual praticante do Goalball.

⁵ Atleta com deficiência visual praticante do Atletismo Paralímpico.

⁶ Atleta com deficiência visual praticante da Natação Paralímpica.

⁷ Atleta com deficiência intelectual praticante da Bocha Paralímpica.



A). Antes de iniciar o processo de coleta dos dados foi exposto aos participantes o objetivo, possíveis riscos e o caráter voluntário e não obrigatório da pesquisa. Garantindo que o mesmo teria assistência caso ocorresse algum dano material e/ou imaterial decorrente da pesquisa, receberia ressarcimento de gastos, teria garantia de indenização se prejudicadas em algum momento. Dessa forma, os que desejaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Com a finalidade de minimizar os possíveis riscos que esta pesquisa poderia acarretar aos participantes, durante a descrição da pesquisa e nos resultados estes não foram identificados pelo nome, sendo utilizados nomes fictícios para apresentação com o intuito de não revelar a identidade dos participantes. É importante salientar que somente a pesquisadora teve acesso aos dados coletados.

Instrumentos

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de Entrevista Semiestruturada composta por questões abertas e realizada presencialmente no local em que os alunos se dispuseram, de acordo a disponibilidade dos mesmos.

Para Manzini (2004), a entrevista semiestruturada está focada em um assunto com o qual é confeccionado um roteiro com as principais perguntas complementadas por outras questões que possam surgir durante a entrevista, podendo surgir informações de forma mais livre e as respostas não serão padronizadas, portanto, poderá ter falas espontâneas dos entrevistados. Ainda, segundo Martins *et al* (2022), entre as diferentes técnicas qualitativas, a entrevista semiestruturada foi a metodologia que mais se evidenciou nos estudos de Pessoas com Deficiência, pois é possível dar o poder de voz a elas e a possibilidade de alterar as suas declarações iniciais.

Com a autorização dos participantes a entrevista foi gravada, afim de utilizar as informações na análise de dados.

Procedimentos de Coleta de Dados

Para iniciar a coleta de dados, houve uma consulta com as diretoras dos *Campi* do Sertão Produtivo para verificar e identificar as pessoas Público-Alvo da Educação Especial matriculados e que tenham monitores aprovados pelo Edital N° 109/2022. Foi feito contato com os quatro alunos PAEE identificados após a consulta para apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando foi exposta temática, objetivos e procedimentos da



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

pesquisa. Após a assinatura do termo, a entrevista semiestruturada foi realizada em formato presencial, no local e horário que eles se disponibilizaram.

Procedimentos de Análise de Dados

A análise de dados foi realizada através da análise documental da Política de Inclusão e Acessibilidade e do Monitor Apoiador da Universidade do Estado da Bahia e a análise temática. Sendo a análise temática uma abordagem indutiva e baseada em dados, conjuntos preestabelecidos de categorias ou temas bem definidos e envolve uma oscilação constante entre o banco de dados, os trechos sistematizados e a análise dos dados que se está produzindo a partir destes trechos (Souza, 2019).

Na análise, foram identificadas categorias baseadas na transcrição das entrevistas observando as temáticas que surgiram, são elas: Política de Inclusão das pessoas PAEE na Universidade do Estado da Bahia; O papel do Monitor Apoiador na UNEB; Prática e efetividade do Monitor Apoiador na UNEB; Tutoria de Pares; O Processo de Inclusão antes e após a inserção do Monitor Apoiador.

Resultados e Discussões

Para a apresentação e discussão dos resultados, os mesmos foram distribuídos em categorias temáticas, extraídas das análises documental e temática, pelos documentos da Universidade do Estado da Bahia e da entrevista semiestruturada realizada.

POLÍTICA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Em 2016, a Lei Nº 13.409 trouxe modificações significativas à Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que trata da reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos superiores das instituições federais de ensino. O Artigo 3º desta nova lei estipulou que, em cada instituição federal de ensino superior, no mínimo 50% das vagas disponíveis seriam destinadas a "autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência". Além disso, a distribuição dessas vagas deveria obedecer à proporção dessas populações na unidade da Federação em que a instituição está localizada, conforme registrado no censo do IBGE (Brasil, 2016).

No entanto, a Lei Nº 13.409/2016 só obrigava as instituições federais a cumprirem sobre as reserva de vagas o que tardou as Universidades Estaduais a seguirem o cronograma. Na



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

Bahia, entre as quatro Universidades Estaduais, a UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) em sua Resolução CONSEPE (Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão) Nº 37/2008 “dispôs sobre o sistema de reserva de vagas e quotas adicionais no processo seletivo para os cursos de graduação da UESB” em que as quotas adicionais se referem ao acréscimo de uma vaga por curso para cada uma das modalidades: indígena, quilombola e pessoa com deficiência, sendo o último comprovado com laudo médico (Uesb, 2008). Após a UESB aderir ao sistema de reserva de vagas, somente 10 anos depois a UNEB fez o mesmo.

A Política de Inclusão na Universidade do Estado da Bahia teve início em 2018, em sua resolução de número 1.339, com o objetivo de fomentar a diversidade de gênero, a equidade étnico-racial e a inclusão no Ensino Superior. Nesse contexto, foram aprovadas cotas para negros, totalizando 40% das vagas, e sobrevagas de 5% para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, além de mais 20% divididas igualmente para candidatos indígenas, quilombolas, ciganos e transexuais, travestis ou transgêneros (Uneb, 2018). Posteriormente à UNEB, a UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana) em 2019 na resolução (CONSU) 010/2019 cede uma sobrevaga para as pessoas com deficiência (Uefs, 2019) e a UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) somente em 2022 pelo Sisu com 8,65% das vagas para pessoas com deficiência (Ministério da Educação, 2022).

→ **Tabela 2** – Comparativo Universidades Estaduais da Bahia e inclusão de Pessoas PAEE

Universidade	Ano	Vagas
UESB	2008	Uma vaga por curso para pessoas com deficiência com comprovação por laudo médico.
UNEB	2018	Sobrevagas de 5% para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades.
UEFS	2019	Uma sobrevaga para as pessoas com deficiência.
UESC	2022	Sisu - 8,65% das vagas para pessoas com deficiência.

Fonte – Autoria própria

No caso da UNEB, três anos depois da Resolução Nº 1.339, é instituída a Resolução Nº 1.499/2021 em que trata sobre a Política de Acessibilidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e outras necessidades específicas temporárias e permanentes no âmbito da UNEB. Essa resolução tem como objetivo promover uma cultura inclusiva, assegurando equidade pedagógica, arquitetônica, digital, comunicacional e informacional em todos os níveis e



modalidades de ensino (Graduação e Pós-Graduação – lato sensu e stricto sensu; presencial e EaD), bem como nas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, além de se estender a todas as atividades administrativas e a todos os participantes envolvidos na instituição (Uneb, 2021). Destaca-se que será aplicada para toda a comunidade acadêmica e em todos os *Campi*, departamentos e setores da instituição, orientando os planos, programas, projetos, orçamentos e decisões administrativas, representando uma garantia institucional para permitir a plena manifestação e desenvolvimento do potencial das pessoas em termos de autonomia, desempenho acadêmico e profissional (Uneb, 2021). Dado que a Política deverá ser implementada no prazo de dois anos a contar da data da publicação que ocorreu no dia 29 de dezembro de 2021. No entanto, os aspectos referentes à Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAIN) e aos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI) para apoiarem e executarem as ações previstas na resolução não foram deliberados nessa Resolução por estarem sob análise do CONSU/CAD (Câmara para Assuntos de Administração).

Logo, em 2022, a Resolução 1.521 atualizou a Política de Acessibilidade e Inclusão com a inserção do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) em cada *Campus*, com professores especializados e profissionais de acessibilidades efetivos, proporcionando salas de recursos de acessibilidade e inclusão devidamente organizadas e disponibilizadas para promover, de maneira complementar ou suplementar, a aprendizagem dos estudantes e facilitar a adaptação profissional de técnicos, analistas administrativos, funcionários terceirizados, professores e pessoas em trabalho temporário que sejam do PAEE (Uneb, 2022). Para o NAI compete várias funções, como: informar e orientar a comunidade universitária sobre inclusão e acessibilidade, facilitar o acesso a serviços e recursos, oferecer cursos e atividades, identificar demandas de acessibilidade, implementar ações recomendadas, garantir a acessibilidade nas residências universitárias, gerenciar contratos de profissionais especializados, promover parcerias com a comunidade local para inclusão e democratização da universidade, e identificar necessidades de compras para itens de acessibilidade e inclusão (Uneb, 2022).

Na mesma Resolução, é afirmado que a UNEB garantirá apoio educacional e profissional aos estudantes e membros da comunidade envolvidos em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão que tenham deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades ou outras necessidades educacionais específicas temporárias e permanentes, consistindo esse suporte oferecido por meio de serviços, recursos e auxílios de acessibilidade, sendo esses: tradução e interpretação de Libras, transcrição Braille, produção/adequação de material em diferentes formatos acessíveis (fonte



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

ampliada, transcrição Braille, arquivo em formato digital acessível, arquivo em áudio, arquivo de vídeo, material em 3D, tradução e interpretação em Libras, audiodescrição, legendagem, comunicação aumentativa alternativa e outros), orientação e mobilidade, ensino do Sistema Braille, ensino do uso do Soroban, indicação da utilização de softwares, recursos e equipamentos tecnológicos, mobiliário, recursos ópticos, dicionários e outros, a atuação dos profissionais de acessibilidade e inclusão, a saber, brailista, intérprete de Libras, guia intérprete, audiodescritor, leitor, transcritor, instrutor mediador, atendente pessoal, professores e técnicos de produção de materiais didáticos acessíveis, consultores com deficiência, entre outros. Sendo que, a UNEB deve incluir no seu orçamento anual e plurianual, dotações destinadas a viabilizar as ações previstas na Política de Acessibilidade e Inclusão, priorizando a aquisição de recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva, contratação de apoio especializado dos profissionais de acessibilidade para ações de formação, capacitação e qualificação de técnicos, docentes e para adaptações arquitetônicas.

Além de assegurar atenção ao processo educacional na forma de adaptações/flexibilizações curriculares, instrutor mediador e atendimento especializado voltado para a otimização das capacidades aos discentes e comunidade PAEE, sendo essas adequações curriculares, procedimentos metodológicos, materiais pedagógicos, equipamentos de sala de aula e laboratórios, tecnologia assistiva e adaptação de conteúdo, sendo essas: inserção de outros recursos para o aprendizado de um mesmo conteúdo, redução de conteúdo ou de estímulos em uma mesma atividade, aumento do nível de desafio para a manutenção do interesse, diversificação de atividades, etc.

O PAPEL DO MONITOR APOIADOR NA UNEB

Na Resolução de Nº 1.529/2022, foi aprovada a criação do:

Programa de Bolsas de Monitoria de Apoio à Acessibilidade e Inclusão (PROSAIN) para estudantes dos cursos de Graduação, para atendimento de suporte às necessidades especiais de estudantes com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e outras necessidades específicas temporárias e permanentes de caráter acadêmico e laboral, vinculado à Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAIN), no âmbito da UNEB (Uneb, 2022, p.1).

Propôs-se, neste primeiro momento, a oferta de 100 bolsas de Monitoria de Apoio à Acessibilidade e Inclusão destinadas aos discentes regularmente matriculados nos cursos de Graduação com vigência de até 10 meses. Na mesma Resolução, em seu terceiro artigo, é posto que os bolsistas deverão oferecer suporte como Monitores Apoiadores com o objetivo de assegurar condições para a permanência dos estudantes PAEE matriculados na Universidade



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

no sentido de atender às demandas advindas das atividades acadêmicas e pedagógicas, relacionadas aos Departamentos/*Campi*/Órgãos da UNEB (Uneb, 2022).

No mesmo ano da Resolução que aprova a criação do PROSAIN, foi lançado o Edital Nº 109/2022 para a seleção de Monitor Apoiador para os semestre 2022.2 e 2023.1, para estudantes PAEE matriculados nos cursos de Graduação oferecidos pela UNEB com objetivo de fornecer assistência aos discentes colaborando para a melhoria da qualidade do processo educacional, incluindo ensino, aprendizado e avaliação, de forma a cooperar mutuamente com os professores nas atividades básicas da Universidade, como ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária (Uneb, 2022).

O Monitor deve proporcionar suporte como apoiador, com o intuito de assegurar condições de acessibilidade e inclusão, nas funções que lhe cabe, para permanência de estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e outras necessidades específicas temporárias e permanentes, regularmente matriculados nos cursos de graduação na Universidade, na função de atender às demandas provenientes das atividades acadêmicas e pedagógicas, desempenhando as responsabilidades de auxiliar nas atividades acadêmicas em salas de aula e outros ambientes educativos dos Departamentos/*Campi* para acompanhar os estudantes mencionados; participar das atividades internas dos Departamentos, como grupos de trabalho, cursos de formação e reuniões com membros da comunidade interna e externa; colaborar em eventos promovidos pelos Departamentos/Órgãos da UNEB, como congressos, seminários, conferências e palestras, envolvendo discentes, educadores e membros da comunidade externa; prestar suporte aos estudantes PAEE tanto no ambiente virtual de aprendizagem quanto presencialmente, conforme a programação dos respectivos componentes curriculares, sendo o monitor atuando como mediador entre os docentes e os estudantes assistidos; oferecer auxílio à acessibilidade e inclusão em conjunto com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) ou, na ausência, com a Coordenação Pedagógica do curso para colaborar com os docentes dos componentes curriculares e com a Coordenação e apresentar mensalmente relatórios de suas atividades ao NAI ou a Coordenação Pedagógica incluindo nele uma breve avaliação de seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que as atividades foram realizadas conforme as demandas (Uneb, 2022). Necessário ressaltar que o Monitor Apoiador é proibido exercer a função de docente e realizar atividades de natureza administrativa, julgamento de verificação de aprendizagem e supervisão de estágio.

PRÁTICA E EFETIVIDADE DO MONITOR APOIADOR NA UNEB





De acordo com a categoria anterior, o papel do monitor apoiador na Universidade é oferecer suporte aos estudantes com necessidades específicas, como deficiências e transtornos, visando garantir sua inclusão e acessibilidade no ambiente acadêmico, auxiliar nas atividades pedagógicas em salas de aula e em outros espaços educativos, participar de atividades internas e externas da Universidade, como cursos, reuniões e eventos, além de fornecer assistência tanto virtualmente quanto presencialmente, afim de colaborar com os professores para melhorar a qualidade do processo educacional, facilitando a permanência e o aprendizado desses estudantes nos cursos de graduação da instituição.

No entanto, apesar dos entrevistados terem uma vivência “excelente”, “tranquila”, “excelente, não tenho do que reclamar de forma alguma”, “boa”, há algumas divergências sobre a prática e efetividade da monitoria quando questionados sobre a sua importância, sobre o aluno sentir-se mais incluído nas aulas com a ajuda do monitor e se o monitor supre as suas necessidades na Universidade.

O André Claudio, do *Campus VI* diagnosticado com deficiência visual, diz que:

“(…) quando eu não tenho aula dentro da instituição ela me ajuda no tempo das aulas no aplicativo Teams, de segunda a quinta, porque ela é aluna do curso de Engenharia de Minas e não tem como ela estar comigo dentro da sala (...), mas a gente tenta cumprir a carga horária dentro do maior possível. (..) eles (professores) não conhecem a monitora, a monitora é só comigo (...). A relação é direta ela e eu, sem relação com os professores. (...) seria melhor alguém dentro da sala porque, na hora que os professores projeta o slide pelo projetor, tem que fazer algumas anotações e aí eu fico com dificuldade sobre esse aspecto”.

Já a Lorraine Aguiar, do *Campus XII* diagnosticada com TDAH, relata que:

“Importante a monitoria porque o aluno querendo ou não precisa de um apoio, precisa tirar suas dúvidas, muitas das vezes ele não tem liberdade de se expressar ou o professor não dá tanto espaço assim e o monitor apoiador está ali, além de apoiar, fazer com que o aluno “aja” uma melhora”.

Mesmo considerando importante, a aluna não sente-se tão incluída com a ajuda do monitor segundo a sua resposta:

“Não tanto, queria mais, né. Estar mais presente nos momentos, né, perguntar (...)”.
“Minha monitora disse que foi tirado três matérias, então, ela nem aparece mais aqui, online até marcou, mas nem foi. Antes ela “tava” me explicando o assunto e tal, só que depois que ela passou pelo NAI não foi mais como antes. Ela falou que o NAI disse que não era pra ela me ensinar, eu que tinha que estudar”.



O Wendell Belarmino, do *Campus XII* diagnosticado com deficiência visual, expõe que:

“Com a ajuda do monitor, sente-se mais incluído. Sem a ajuda seria bem difícil até porque diante das coisas, do que eu quero quem me ajuda seria o monitor. (...) se tivesse um tutor seria mais interessante, ele estaria mais próximo. No entanto, não supre as necessidades já que a carga horária que ele tem, não consegue suprir as necessidades de todas as matérias que eu preciso. O monitor apoiador, por exemplo, vai me apoiar em todas as matérias, ele não vai me apoiar em uma matéria específica, aí, exemplo, se fosse o tutor de par em uma matéria específica em que eu estivesse com mais dificuldade em entendimento ele iria me ajudar nesse quesito, seria mais fácil o meu entendimento. O monitor da disciplina supriria por partes as minhas dificuldades”.

E Evani Calado, do *Campus XII*, diagnosticada com deficiência intelectual, explana que: “Eu acho que é importante (...), eu acho que sim, que me ajudou muito (...)”.

No entanto, não sente-se incluída, pois: “Não, porque ela não “tava” me acompanhando dentro da sala de aula. Porque ela não pode acompanhar (...). Ajuda sim. Ajuda um pouco menos e um pouco mais”.

A partir das respostas é possível perceber que mesmo que o monitor apoiador auxilie, ele não é suficiente para a total inserção dos estudantes dentro das atividades acadêmicas, tendo algumas divergências com a monitoria do André Claudio, já que, de acordo com o Edital Nº 109/2022:

“O Monitor Apoiador (...) deve prestar suporte aos estudantes PAEE tanto no ambiente virtual de aprendizagem quanto presencialmente, conforme a programação dos respectivos componentes curriculares, sendo o monitor atuando como mediador entre os docentes e os estudantes assistidos.”

Há uma divergência na monitoria da Lorraine Aguiar já que o monitor não deve ensinar, como encontra-se no mesmo Edital, “o Monitor Apoiador é proibido exercer a função de docente”. Wendell, André e Evani em suas falas percebe-se a necessidade de uma pessoa para acompanhá-los nas suas atividades dentro da sala de aula, sendo sugerido o tutor de par.

TUTORIA DE PARES

Foi recorrente em falas dos entrevistados a necessidade de alguém para acompanhá-los em sala de aula. Quando perguntado se houve questionamentos/dúvidas dos professores sobre a monitoria, André Claudio citou que:

“Só teve um professor, não só um, mas vários, mas teve um que questionou que deveria tá dentro da sala, um monitor dentro da sala, para ajudar dentro da sala, que ele ficou de ver isso no colegiado de geografia pra ver se conseguiria ver isso aí para o semestre que vem”.



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

Evani Calado relata a mesma situação em outras palavras: “(os professores) disseram que tem que ficar dentro da sala, me acompanhar”.

Ainda, ao serem perguntados sobre o que poderia ser melhor para a inclusão deles nas atividades acadêmicas na UNEB, o André Claudio expõe que:

“Eu acho que poderia melhorar se tivesse dentro da sala, melhorava mais a minha vida, porque quando tem algumas anotações na lousa e no slide, que o professor projeta no slide, eu fico de mãos atadas porque eu não tenho como fazer alguma anotação. No início eu sentia um pouco de dificuldade no primeiro semestre, mas depois consegui me adequar melhor, e aí tô lá, entre trancos e barrancos”.

Wendell Belarmino, diz: “(...) é de extrema importância (a monitoria), porém se tivesse como forma de tutoria seria mais interessante”.

E a Evani Calado, afirma: “Um monitor ou um colega seria melhor. A monitora não serviu para mim”.

De acordo com Goodlad; Hirst (1989) e Utley; Mortweet; Greenwood (1997), citados por Fernandes e Costa (2015), do ponto de vista conceitual, a tutoria entre colegas pode ser visualizada como um sistema educacional no qual os estudantes se auxiliam mutuamente no processo de compreensão dos conteúdos acadêmicos, o que abarca uma série de métodos e estratégias que envolvem os próprios colegas desempenhando o papel de 'professores' em um contexto presencial, visando oferecer orientação, prática, revisão e esclarecimento dos conceitos de forma personalizada.

Segundo Topping (2000), referido por Marins (2019), a eficácia da tutoria de pares na sala de aula é evidente quando o tutor compreende seu papel em apoiar o colega e estrutura esse processo de modo a impulsionar o avanço do aluno assistido, sendo que essa abordagem não apenas promove a aprendizagem, mas também, fomenta um ambiente motivador por meio da reciprocidade de papéis entre os alunos durante as atividades educativas.

Como exemplo da possibilidade do tutor de par no Ensino Superior, tem-se o relato de pesquisa de Fernandes e Costa (2015), cujo o objetivo foi “analisar e descrever a percepção de estudantes com deficiência visual (tutorados) e sem deficiência (tutores) sobre a atividade de tutoria” em um Instituto Federal (Ensino Técnico e Superior) de uma cidade do interior nordestino, e eles chegaram à conclusão de que a tutoria entre colegas tem sido uma ferramenta crucial para apoiar estudantes com deficiência visual no contexto da inclusão no ensino técnico e superior.

Já em Escolas de Rede Municipal e Rede Estadual, respectivamente, tem-se as pesquisas de Souza (2008), na cidade de Ilhéus-Bahia com uma criança com autismo, e Marins (2019) em



uma cidade do interior do Estado de São Paulo com uma criança com deficiência intelectual. Chegam à conclusão de que a estratégia de tutoria entre pares oferece uma oportunidade única tanto para alunos enfrentando dificuldades quanto para os tutores aprofundarem seus conhecimentos, o que contribui para transformar as diferenças entre eles em elementos facilitadores da aprendizagem, promovendo a convivência com a diversidade e privilegiando um ensino inclusivo e colaborativo com respeito e reconhecimento das diferenças.

O PROCESSO DE INCLUSÃO ANTES E APÓS A INSERÇÃO DO MONITOR APOIADOR

Em efeito de comparação, foi perguntado aos entrevistados como eles avaliam o processo de inclusão antes e após a inserção do monitor apoiador e as respostas foram proporcionais as outras perguntas.

André Claudio entrou no mesmo semestre que iniciou a Monitoria, mas mesmo por pouco tempo, ele percebeu uma diferença, como relata:

“Antes de eu ter a monitora eu tinha muita dificuldade pra resolver algumas coisas, alguns trabalhos feito individual, fichamento e outras coisas, depois que ela entrou, aí eu comecei sentir que tudo se encaixou perfeitamente porque ela começou a me ajudar, (...), antes, não era muito bom sem ela, era muito precário, depois que ela entrou a diferença foi bacana porque pude perceber que foi fluindo a dinâmica junto com ela através das atividades. No início era uma dificuldade tremenda, aí com o passar do tempo, um mês e pouco, não chegou a ser dois meses, eu exigi a monitora, aí demorou um tempinho só e apareceu a monitora”.

Lorraine Aguiar diz que:

“Antes do monitor apoiador, eu tive muita dificuldade na aprendizagem, de entender o conteúdo, no assunto, e com o monitor apoiador meio que deu uma facilidade, eu consegui compreender mais o conteúdo, (...) com o apoiador, senti mais segura, me senti mais acolhida, houve uma facilidade um pouco mais na aprendizagem, consegui compreender mais o aprendizado em si”.

Wendell Belarmino afirma que:

“O monitor apoiador é excepcional para a execução das atividades, muito bom, ajuda muito mesmo, a gente não pode tirar esse mérito deles, sem ele ficaria 100% difícil, mas caso fosse tutoria de par seria mais interessante porque eu, no caso, conseguiria desenvolver mais e, também, até mesmo por ser tutor conseguiria ter uma desenvoltura melhor na situação, ele não ficaria dividido em várias matérias, várias situações que ele vai fazer, assim ajuda bastante, colocar numa escala de 0 a 10, colocar 5, porque o monitor apoiador tem que desenvolver todas as matérias, entregando material, até mesmo pra estudar ou fazer alguma prova ele tá junto ali, apoiando, e o tutor não, ele só teria foco em uma matéria só e conseguiria desenvolver melhor. Antes era bem difícil, tinha professor que mandava ir pra casa pra poder responder de casa a prova, do meu jeito, do jeito que eu soubesse responder, se tornaria bem difícil a questão do aprendizado para ele me avaliar, de forma igualitária como um outro aluno é avaliado, exemplo, o material eu recebia depois de ter efetuado prova



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

já, eu não tinha prazo pra receber material, eu tinha que tá ensinando como era o material pra poder receber, era bem difícil mesmo”.

Por fim, Evani Calado como nos anos anteriores teve a experiência com uma monitora para ficar dentro da sala de aula com ela, declara que: “Ano passado eu conseguia (fazer as atividades) esse ano, não”.

Foi percebido, então, uma evidente melhoria no processo de inclusão após a inserção do monitor apoiador, conforme relatado pelos entrevistados. Suas experiências revelam um padrão de dificuldades antes da chegada do monitor apoiador e uma melhora notável após sua presença. Há elogios a ajuda e suporte fornecidos, mas também, destacam a complexidade de ter um monitor para múltiplas matérias versus um tutor dedicado a uma única área, apontando para possíveis melhorias frente ao Monitor Apoiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Brasil no que se trata de inclusão para pessoas PAEE no Ensino Superior é recente, sendo, somente em 2016 com a Lei Nº 13.409 que trouxe a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos superiores das instituições federais de ensino. E a partir das análises documental e temática dos documentos da UNEB e da entrevista semiestruturada realizada, torna-se evidente que a UNEB caminha em direção à inclusão com avanços graduais durante esses anos, desde a implementação das cotas em 2018 até a criação do Programa de Bolsas de Monitoria de Apoio à Acessibilidade e Inclusão (2022).

Ressaltando, a implementação da Política de Acessibilidade e Inclusão em todos os *Campi* com um prazo até dezembro de 2023, dois anos após a sua criação, destacando a importância atribuída à criação de estruturas e sistemas que garantam não apenas a presença, mas também a participação plena e igualitária das pessoas PAEE. Ainda, a implementação de medidas concretas, como a criação de Núcleos de Acessibilidade e Inclusão, evidencia um esforço em garantir não apenas vagas, mas também suporte integral para uma educação inclusiva e equitativa, abrangendo desde a estrutura física até o suporte pedagógico necessário para atender às diversas necessidades dos estudantes.

No entanto, embora haja avanços notáveis, percebe-se a necessidade de ajustes e aprimoramentos para garantir a efetiva inclusão dos estudantes com necessidades específicas.



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

No que se refere ao papel do Monitor Apoiador⁸, identifica-se sua relevância na assistência aos estudantes Público-Alvo da Educação Especial, tendo um papel multifacetado, o qual apoiam nas atividades acadêmicas dentro das salas de aula e em outros ambientes educativos, fornecem suporte tanto presencialmente quanto em ambientes virtuais, atuam como mediadores entre docentes e alunos, o que facilita o acesso ao ensino e auxilia no desenvolvimento acadêmico do estudante assistido. Contudo, as opiniões dos entrevistados revelam uma divergência quanto à plenitude dessa assistência, apontando para a necessidade de um suporte mais direto e especializado, como o de um tutor dedicado a áreas específicas, o que abrangeria as demandas de diferentes disciplinas e a de presença constante em sala de aula.

Por exemplo, a falta de presença física dentro da sala de aula parece ser uma questão significativa, principalmente para os alunos com deficiências visuais, que necessitam de auxílio mais direto, como anotações ou descrição de materiais visuais, sendo uma lacuna significativa que afeta a experiência dos estudantes.

Ao comparar o processo de inclusão antes e após a inserção do Monitor Apoiador, os relatos dos entrevistados confirmam a noção de uma melhoria percebida no aprendizado e no suporte oferecido aos estudantes. No entanto, destacam a complexidade e as limitações de ter um monitor para múltiplas matérias, ressaltando a possibilidade de uma tutoria mais especializada.

Então, a Tutoria de Pares emerge como uma alternativa potencialmente mais eficaz, conforme indicado pela literatura e citado pelos próprios entrevistados. A possibilidade de um suporte mais individualizado, focado em áreas específicas de estudo, surge como uma estratégia que poderia aprimorar a inclusão e o aprendizado dos estudantes PAEE na UNEB.

Dessa forma, os resultados indicam um caminho promissor para a inclusão na UNEB, mas também apontam para a necessidade de considerar abordagens mais individualizadas e especializadas, como a Tutoria de Pares, a fim de aprimorar a qualidade do suporte oferecido aos estudantes Público-Alvo da Educação Especial.

Assim, acredita-se que novas adequações podem aprimorar e identificar mais possibilidades para a efetiva inclusão na UNEB, ainda que, essa pesquisa, de fato, seja a primeira sobre o Monitor Apoiador na Universidade do Estado da Bahia, mesmo sendo um tema muito recente, possibilita maiores pesquisas, como, a utilização do Tutor de Pares no

⁸ De acordo com o Edital N°109/2022, os Monitores Apoiadores auxiliariam nos semestres 2022.2 E 2023.1, no entanto, pelas entrevistas foi percebido que os Monitores auxiliaram nos semestres 2023.1 e 2023.2.



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

Ensino Superior ou uma pesquisa voltada para a perspectiva dos monitores diante do seu papel frente a inclusão de pessoas PAEE, entre outras.

REFERÊNCIAS

BAHIA. *Campus Brumado*. **Universidade do Estado da Bahia**, 2023. Disponível em: <https://portal.uneb.br/campus-brumado/>.

BAHIA. *Campus Caetitê*. **Universidade do Estado da Bahia**, 2023. Disponível em: <https://portal.uneb.br/campus-caetite/>.

BAHIA. *Campus Guanambi*. **Universidade do Estado da Bahia**, 2023. Disponível em: <https://portal.uneb.br/campus-guanambi/>.

BAHIA. Território de Identidade: Sertão Produtivo. **Conferência Estadual de Cultura da Bahia**, 2011. Disponível em: <https://conferenciadecultura.wordpress.com/2011/10/07/territorio-de-identidade-sertao-productivo/>.

BAHIA. Território de Identidade: Sertão Produtivo. **Info Territórios**, 2023. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/sertaoprodutivo.pdf.

BEZERRA, Laenne Sarinho. Os desafios dos alunos com deficiência físico-motora na UFPB: a atuação do aluno apoiador no processo de inclusão. **UFPB – Centro de Educação**, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14129/1/LSB22112018.pdf>.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Presidência da República, Casa Civil**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm.

BRASIL. Decreto Nº 9.034, de 20 de abril de 2017. **Presidência da República, Casa Civil**. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9034.htm.

BRASIL. Edital Nº 33, de 28 de abril de 2022, Exame Nacional do Ensino Médio – Enem 2022 Impresso. **Diário Oficial da União**, Edição 80, Seção 3, Página 82, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-33-de-28-de-abril-de-2022-396385788>.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei N 9.394/1996. 5ª edição, 2021. **Senado Federal**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/593336/LDB_5ed.pdf.

BRASIL. Lei Nº 12.796, de 04 de abril de 2013. **Presidência da República, Casa Civil**. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1.



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

BRASIL. Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Presidência da República, Casa Civil**. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo **Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>.

BRASIL. Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. **Ministério de Estado da Educação**, 2003. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>.

BRASIL. Programa Incluir. **Ministério da Educação**, 2018. Disponível em: <portal.mec.gov.br/programa-incluir>.

CABRAL, Vinícius Neves de; ORLANDO, Rosimeire Maria; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 4, p. e105412, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/N7wznqvpPrbr4zRJddrDsNb/?format=pdf&lang=pt>.

FERNANDES, Woquiton Lima; COSTA, Carolina Severino Lopes da. Possibilidades da tutoria de pares para estudantes com deficiência visual no Ensino Técnico e Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n.1, p. 39-56, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/NdbbF87fYFSTdrRwwLB8hWP/?format=pdf&lang=pt>.

GANDRA, Alana. Pessoas com deficiência em 2019 eram 17,3 milhões. **Agência Brasil**, 2021. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/pessoas-com-deficiencia-em-2019-eram-173-milhoes#Ou%C3%A7a%20Na%20Radioag%C3%A7a%C3%A7a%20Nacional>.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**, Alínea Editora, 2ª Edição, Campinas, SP, 2001.

GUIMARÃES, Maria Cecília Alvim; BORGES, Adriana Araújo Pereira; VAN PETTEN, Adriana Valladão Novais. Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação Inclusiva: da Educação Básica ao Ensino Superior, **Rev. Bras. Educação Especial**, Bauru, v.27, e0059, p.935-952, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/WFpCcPQN95YxfqRjPW49sVz/?format=pdf&lang=pt>.

IBGE. Cidades e Estados – Brumado. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/brumado.html>.

IBGE. Cidades e Estados – Caetitê. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/caetite.html>.

IBGE. Cidades e Estados – Guanambi. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/guanambi.html>.

MARINS, Kéren-Hapuque Cabral de. Benefícios e desafios da tutoria de pares para aluno com deficiência intelectual. **Universidade Federal de São Carlos**, São Carlos, 2019. Disponível em:





O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12395/DISSERTA%20VERS%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando; HESPANHA, Pedro; BERG, Aleksandra. A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 98, Setembro 2012: 45-64. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/pdf/5014>.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, Departamento de Educação Especial, Programa de Pós Graduação em Educação, Unesp, Marília, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Editora Atlas, 5ª Edição, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Estadual de Santa Cruz. **Sisu – Sistema de Seleção Unificada**, 2022. Disponível em: http://www.uesc.br/processo_seletivo/sisu_2022/sisu2022-termo-de-adesao-atualizado.pdf.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; MUSSI, Leila Maria Prates Teixeira; ASSUNÇÃO, Emerson Tadeu Cotrim; NUNES, Claudio Pinto. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 414-430, jul-dez, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/41193/32038>.

RIBEIRO, Natércia Freitas; ALVARENGA, Elenice Monte; GALASSO, Bruno. Programa de monitoria como estratégia de permanência e êxito para estudantes com deficiência visual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí: Um relato de experiência. **Revista Portuguesa de Educação**, 35(1), 65-83. <http://doi.org/10.21814/rpe.20758>, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/374/37471881005/37471881005.pdf>.

SÃO PAULO. Sumário: Relatório Mundial sobre a Deficiência. **Governo do Estado São Paulo**, Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70670/WHO_NMH_VIP_11.01_por.pdf?sequence=9.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 2019, Rio de Janeiro, 71 (2): 51-67. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v71n2/05.pdf>.

SOUZA, Joslei Viana. Tutoria: estratégias de ensino para inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física. **Universidade Federal de São Carlos**, São Carlos, 2008.

SOUZA, Juliana Alves de Souza; REIS, Andrey dos Santos; RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante; SANTOS, Lúcia Cristina Gomes dos. A importância do aluno apoiador no processo de inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Seminário de Projetos de Ensino**, UNIFESSPA, Diretoria de Planejamento e Projetos Educacionais – DPROJ, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/spe/article/view/591/208>.



O MONITOR APOIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PAEE NOS
CAMPI DA UNEB DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO - BAHIA

UEFS. Resolução CONSU 010/2019. **Universidade Estadual de Feira de Santana**, 2019.

UESB. Resolução CONSEPE N°37/2008. **Universidade Estadual do Sudeste da Bahia**,
2008. Disponível em: <http://www2.uesb.br/transparencia/uploads/consepe/37%20-%20Reserva%20de%20vagas.%20Cotas.pdf>.

